

# Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956)

Labour, militancy and repression at Recife: Júlia Santiago between DOPS and the Factory (1933-1956)

Guilherme Machado Nunes\*

**Resumo:** o objetivo deste artigo é discutir as relações entre militância operária e repressão no Recife através da trajetória de Júlia Santiago da Conceição (1917-1988). Durante o período democrático (1945-1964), Pernambuco presenciou uma série de movimentos políticos e sociais, e, como resultado dessa efervescência, surgiriam, por exemplo, parlamentares comunistas, a eleição de Miguel Arraes como governador pela Frente do Recife e as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Júlia Santiago, no entanto, foi constantemente perseguida por seus patrões e presa pela polícia recifense em função de suas atividades sindicais e sua militância comunista. Apesar de estar no radar das autoridades – da fábrica e do Estado – desde, pelo menos, 1933, foi justamente depois do Estado Novo que ela passou a ser mais vigiada e presa com frequência. Reconstituindo parte de sua trajetória, a partir do princípio da variação da escala de análise, pretende-se compreender como militância e repressão no local de trabalho poderiam coexistir na capital pernambucana, independente do regime vigente.

**Palavras-chave:** comunismo; movimento operário; DOPS.

**Abstract:** this paper aims to discuss the relationship between workers' militancy and repression in Recife through the path of Júlia Santiago da Conceição (1917-1988). During the democratic period (1945-1964), Pernambuco witnessed a series of political and social movements, and as a result of this effervescence would emerge, for example, communist parliamentarians, the election of Miguel Arraes as governor by the Frente do Recife (Recife Front) and the Ligas Camponesas (peasants Leagues) of Francisco Julião. Julia Santiago, however, was

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorando na Universidade de Genebra (Unige). E-mail: guilherme.mnunes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7736-9058>.

constantly persecuted by her bosses and arrested by Recife's police as a result from her union activities and communist militancy. Despite being on the radar of the authorities – both factory's and State's – since, at least 1933, it was precisely after Estado Novo that she became the most watched and arrested. Reconstituting part of its trajectory, based on the principle of variation in the scale of analysis, it is intended to understand how militancy and repression in the workplace could coexist in the capital of Pernambuco, regardless of the current regime.

**Keywords:** Communism; labor movement; DOPS.

**N**O INÍCIO DE 1964, o jornalista Antonio Callado publicou uma coletânea de crônicas e textos sobre Pernambuco, referindo-se ao processo político e social iniciado pelo governo de Miguel Arraes (1962-1964) como sendo uma “revolução sem violência”. Ao referir-se à polícia, Callado afirmou: “A verdade é que no estado mais democrático da Federação, a polícia, apesar de continuar pobre e com as dificuldades de sempre, é justa e humanizada”.<sup>1</sup> A operária têxtil e militante comunista Júlia Santiago da Conceição (1917-1988) tinha uma impressão bem diferente acerca das forças públicas do estado, especialmente da polícia do Recife, cidade onde morou, trabalhou e militou por toda sua vida. Em entrevista à Fundação Joaquim Nabuco, realizada em 1983, ela relembrou que “era presa por qualquer coisa”.<sup>2</sup> Segundo seu prontuário no DOPS, Júlia foi encarcerada pelo menos cinco vezes entre 1945 e 1956, e ainda mais uma durante a ditadura, em 1965.

O objetivo deste artigo não é “desmentir” a memória que Callado ajudou a consolidar sobre Pernambuco no período em questão. No entanto, partindo de uma perspectiva da micro-história, com o foco ajustado para uma vida, pretende-se “conceber de modo diferente a questão do funcionamento efetivo das normas sociais”, conforme sugere Giovanni Levi.<sup>3</sup> Não por concordar que seja no nível micro onde se verifica o real funcionamento das instituições,<sup>4</sup> mas porque, conforme Jacques Revel, é do princípio da variação de escalas que é possível melhor apreender a realidade estudada.<sup>5</sup> A vida de Júlia ajuda a tensionar a realidade de Callado.

Assim, em movimentos de alargamento e redução da escala, o objetivo deste trabalho é compreender como a militância operária de Júlia Santiago da Conceição se desenvolveu e contribuiu para *forjar* um contexto<sup>6</sup> que, ao mesmo tempo em que permitiu que o PCB se

1 CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964. p. 97.

2 CONCEIÇÃO, Júlia Santiago da. **Depoimento de 1983**. Entrevista cedida ao CEHIBRA/FUNDAJ. Recife, 2 de dezembro de 1983, p. 17.

3 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 7.

4 Sobre esta perspectiva, ver ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 151-172.

5 REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15, n. 45, 2010. p. 442-443.

6 Contexto aqui é pensado como um *Campo de Possibilidades*. A ideia não é que Júlia tenha sido “inserida” em um contexto, mas que através de suas decisões e militância ela foi alargando esse campo e, conseqüentemente, construindo esse contexto. Ver VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades

organizasse e ocupasse postos no Legislativo (a própria Júlia foi eleita vereadora em 1947), vigiou e reprimiu fortemente uma de suas mais destacadas lideranças no Recife. Em um primeiro momento, será apresentado o ingresso de Júlia Santiago no mundo do trabalho fabril – especialmente a partir de seu ingresso na fábrica Bezerra de Melo em 1933 –, destacando as articulações e caminhos que possibilitaram sua chegada ao Legislativo municipal em 1947. Em seguida, não trataremos de seu mandato em si,<sup>7</sup> mas de suas prisões e fugas da polícia que passaram a se acumular a partir do momento em que ocupou a cadeira de vereadora – uma dessas prisões lhe custou o emprego de mais de 20 anos na mesma fábrica, o que nos ajuda a pensar como a vida laboral e associativa, a militância política e a repressão podiam se entrecruzar, mesmo em períodos ditos democráticos. Nosso recorte se encerra com a prisão de 1956, a última antes da ditadura, que não poderá ser abordada neste trabalho.

## O ingresso no mundo fabril e a luta subterrânea

JÚLIA SANTIAGO nasceu no dia 8 de fevereiro de 1917 em São Lourenço da Mata, a cerca de 20 km de Recife. Ainda criança, a família se mudou para a capital, onde seu pai, “muito mulherengo”, abandonou a esposa com sete filhos. Diante do drama familiar e das dificuldades, Júlia lembra de ter começado a trabalhar aos dez anos de idade na fábrica de malhas da Várzea.<sup>8</sup> Sem frequentar “escola de espécie nenhuma” e se alfabetizando por conta própria, aos dezesseis anos, em 1933, Júlia ingressou na fábrica têxtil onde trabalhou por mais tempo: “a fábrica do Coronel Othon”.<sup>9</sup>

O início da indústria têxtil pernambucana remete à metade do século XIX. Em 1887, por exemplo, foi fundada a Fiação e Tecelagem Pernambuco, mais popularmente conhecida como Fábrica da Torre, bairro onde se localizava.<sup>10</sup> Cerca de uma dezena de outras fábricas surgiram até 1927, ano em que foi fundada a referida “fábrica do Coronel Othon”, a Fábrica Bezerra de Mello – sobrenomes do dito “Coronel”. Em 1933, com a fusão da fábrica de Apipucos (fundada em 1905), Santa Amélia (fundada em 1931) e a própria Bezerra de Mello, surgiu o Cotonifício Othon Bezerra de Mello.<sup>11</sup> Júlia lembra de conseguir ingressar nessa fábrica justo em 1933, ano da fusão.

Júlia recorda da seguinte maneira seu ingresso do mundo do trabalho fabril:

Entrei na fábrica do Zumbi e pedi uma vaga. [...] Fiquei aí, mas todas as segundas-feiras, eu não trabalhava porque ia procurar uma vaga... Naquele

complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Especialmente capítulos II e IV.

7 Para isso, ver NUNES, Guilherme Machado. **Mulheres comunistas no Brasil**: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965). 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Especialmente capítulo 6.

8 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 1.

9 Ibidem, p. 2.

10 SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro da. **Industrialização no Nordeste do Brasil**: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940-1990. 1999. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999. p. 115.

11 Ibidem, p. 127.

tempo não se pagavam os dias que não se trabalhasse. Eu ia para a fábrica de Bezerra de Melo e o sr. Gomes dizia para mim que não havia vaga... Passei três segundas-feira [sic] pedindo... Ele disse “vou botar esse diabo aí dentro”. Passei seis meses trabalhando de graça para o coronel Othon. Trabalhando, aprendendo... Quando aprendi, eles me deram um tear. Comecei dando produção... Aí eles me deram dois teares. [...] E foi assim que comecei trabalhando.<sup>12</sup>

O relato é rico para pensar as dinâmicas do mundo do trabalho fabril em uma capital longe dos principais centros industriais brasileiros. Informalidade e trabalho gratuito ainda existiam em pleno ano de 1933.<sup>13</sup> Sua jornada, de certa forma, sintetiza as contradições de um Estado brasileiro que crescia e se pretendia moderno e “avançado”, enquanto convivia com práticas “atrasadas”.<sup>14</sup> Se por um lado surgiam instituições com a finalidade de mediar os conflitos trabalhistas, como as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto n.º 22.132, de 1932) e o Instituto de Convenções Coletivas (Decreto n.º 21.761, do mesmo ano),<sup>15</sup> ainda havia o expediente do “tempo de experiência” (seis meses!). A primeira vez que Júlia se recorda de participar de uma greve, inclusive, foi para garantir a aplicação de um direito conquistado durante o período varguista: a implantação das carteiras profissionais.<sup>16</sup>

O início da militância sindical organizada também tem relação com o varguismo. A fundação do Sindicato da Fiação e Tecelagem se deu no contexto de um novo ciclo de expansão industrial que, aliado ao projeto sindical de Vargas, culminou em um crescimento associativo e em experiências coletivas.<sup>17</sup> Ou seja, a formação militante de Júlia ocorreu em um cotidiano de expansão do setor industrial têxtil, que ainda nos primeiros anos do século já se mostrava em ascensão e que pouco tempo depois da crise de 1929 seguiu sua jornada de crescimento.

Com o aumento das fábricas e a experiência acumulada – somada a contatos com o PCB ocorridos ainda nos anos 1930 –, Júlia foi se tornando uma figura de destaque e, conseqüentemente, passou a chamar a atenção no Cotonifício Bezerra de Mello. Como forma de evitar uma possível demissão, fruto de sua militância, Júlia chegou a namorar o filho do gerente da fábrica.<sup>18</sup> Esse episódio é curioso para pensar como se desenvolvem e operam algumas questões de gênero no cotidiano fabril. Há algum registro de um operário que tenha namorado a filha de seu gerente para salvar o emprego? Se sim, o hipotético gerente veria com bons olhos tal relação?

12 Ibidem, p. 3.

13 A situação não era exclusividade recifense, e muitas mulheres brasileiras passaram por situações semelhantes no período. Ver FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Santa Cruz: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

14 A própria figura de Othon Bezerra de Mello é rica para pensar a dicotomia “atraso-progresso”. Lembrado como “Coronel” por Júlia e reproduzido de diversas práticas problemáticas no interior de sua fábrica, ele chegou a ser tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, tendo inclusive escrito um artigo intitulado “A evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambuco” em uma das publicações oficiais da instituição. Ver **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano**. v. 29, n. 135, 1928.

15 Ver, por exemplo, MUNAKATA, Kazumi, **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

16 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 3-4.

17 SILVA, op. cit., p. 145.

18 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 5.

De todo modo, esse é mais um caso que aponta como os relacionamentos amorosos também eram parte da militância: há relatos de mulheres que diziam ser proibido se relacionar com gente de fora do partido,<sup>19</sup> mas também há relatos de direcionamento para envolvimento com “inimigos de classe”.<sup>20</sup> O caso de Júlia era o segundo: Luiz, seu namorado, era integralista. Em determinado momento ela não aguentou mais: “disse à turma [sic] que arranjassem outra forma de eu trabalhar, que aquela para mim não dava mais. Eles disseram: ‘você vai entrar no Círculo Operário’”.<sup>21</sup>

A “turma”, seus colegas de partido, encerrava o tal relacionamento, mas o convívio com ideias integralistas não cessaria ingressando nos Círculos Operários Católicos. Igreja e integralismo se uniram muitas vezes para combater o comunismo, e o movimento operário foi um espaço importante em que essa junção se consolidou. Desde a encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja se voltou com especial atenção para a *questão social*, e no Recife, logo no ano de 1900, o industrial Carlos Alberto de Menezes foi um grande entusiasta da combinação entre religião e organização laboral. Menezes organizou congressos católicos e fundou a Corporação Operária do Camaragibe nesse mesmo ano,<sup>22</sup> mas foi a partir da Revolução de 1930 e do projeto corporativista de Vargas que os círculos operários surgiram como um modelo forte, organizado e com esse nome. A partir do levante frustrado de 1935, Igreja e Estado passaram a atuar em sintonia cada vez maior, de modo a minar a influência comunista no meio sindical.<sup>23</sup>

Após a guerra civil espanhola, com um Estado historicamente católico “ameaçado”, a Igreja subiu o tom contra o comunismo e, em março de 1937, o papa Pio XI editou a encíclica *Divinis Redemptoris*. Segundo Rodrigo Patto Sá Mota, a partir dela “não há mais ambiguidades” em relação à identificação do inimigo revolucionário: “tratar-se-ia do comunismo, identificado com a experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx”.<sup>24</sup>

Essa nova fase do combate ao comunismo somada ao golpe do Estado Novo, em novembro daquele mesmo ano, fez com o que o projeto dos círculos operários ganhasse ares “oficialistas”. Segundo Carlos Miranda, em Pernambuco, o ex-ministro do Trabalho e então interventor Agamenon Magalhães contou com a ajuda de padres para organizar o primeiro

19 Ver LEÃO, Viviane Maria Zeni. **Mulheres e o imaginário comunista** (uma nova história; uma história nova) 1945-1956. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

20 Cf. FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). **Paixão Pagu**: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

21 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 5.

22 MIRANDA, Carlos A. C. Questão social e os círculos operários do Recife. **Clio** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE), Recife, v. 16, p. 29-39, 1996. p. 30.

23 Cf. DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990. p. 49.

24 MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 41. Esse anticomunismo vai marcar decisivamente os debates do período democrático seguinte, e não é possível pensar as ações e organizações de mulheres comunistas brasileiras sem levar esse aspecto importante em consideração. Ver NUNES, op. cit., 2021. ALVES, Iracéli. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: história, memória e política. **Revista Tempos Históricos**, v. 21, p. 107-140, 2017.

Congresso Operário de Pernambuco em 1938. Em abril de 1939 surgiria enfim o Círculo Operário do Recife, COR.<sup>25</sup>

Foi nessa organização que Júlia ingressou e, segundo lembra, passou alguns anos de sua vida:

Comecei a trabalhar, fui ganhando a confiança e tal... [...] O padre então mandou que eu ficasse responsável pelo material de corte e costura. Não aprendi a costurar, fiz somente algumas tarefas, mas estava como aluna. O padre então me chamou e disse: “olha, tu não vendes material fiado, não. Quem quiser que compre, pague logo”. Mas eu só prestava contas no fim do ano e, para ganhar a confiança das meninas, eu disse: “vou vender fiado a vocês; o padre não quer, mas...” Eu guardava o dinheiro, só em dezembro é que prestava contas.<sup>26</sup>

O COR foi fundado com dois núcleos, Tamarineira e Prado, mas ao longo de 1939 se expandiu e foram criados núcleos nos bairros de Gameleira, Torre, Campo Grande e Tejipió.<sup>27</sup> Na medida em que o Círculo crescia, Júlia também parecia ocupar postos cada vez mais importantes, conquistando a confiança do padre, mas, principalmente, de seus e suas colegas do Círculo. Ela recorda que “tinha cartaz” a tal ponto que frequentava a casa do padre, conhecia sua mãe e começou a organizar espetáculos de rua. Confiança ganha, começaram as tarefas:

“Depois que você for delegada, veja as fichas que entram, se elas são ou não comunistas”. Quando chegava a hora de verificar as fichas, aquela que tinha tendência comunista eu dizia que não era. “Essa, padre, é boa, é uma pessoa que merece nossa confiança”. Aquela que era integralista, essa então, eu condenava: “Padre, tenho a impressão que essa não, viu?”. Eu tinha reunião às quartas-feiras com ele. Só entrava nessas quatro zonas quem eu queria. [...] Um dia, me mandam trabalhar no Pavão Dourado. Já era tempo de sair do Círculo Operário e ir para outro lugar. No Pavão Dourado havia muitos policiais. Imagine [a] dificuldade.<sup>28</sup>

O Pavão Dourado era um bloco de carnaval do Recife. Antes de sair do COR, Júlia desabafou com o padre:

“Padre, se o sr. continuar fazendo o sermão contra os comunistas, vou ter que pedir um aparte para o sr. na hora da missa. Deixe os comunistas pra lá, eles não fazem mal a ninguém, esse medo que vocês têm é unicamente pelo poder que vocês querem ganhar.” [...] Aí, fiquei resistindo. O padre fazia uma coisa, eu fazia outra com ele... Ele não podia falar porque senão eu falava também. Chamei ele na cozinha e disse: “O sr. diz uma coisa, eu digo outra, digo a verdade. O sr. disse para se ter cuidado com os comunistas. Por que não teve cuidado com os integralistas? O padre João está aí ensinando o integralismo. O sr. não disse nada nem botou o padre João para fora, ele continua aí”.<sup>29</sup>

Não foi possível verificar se o tal padre era integralista, mas, de fato, o COR fez campanha para um candidato integralista (Ranílson de Sá Barreto) nas eleições que levaram Júlia

25 MIRANDA, op. cit., p. 36.

26 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 5.

27 MIRANDA, op. cit., p. 36.

28 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 5-6.

29 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 6.

à Câmara Municipal em 1947. Assim, é evidente que Júlia passou anos em um ambiente absolutamente hostil às suas crenças e valores, realizando um difícil trabalho de base em uma instituição decididamente anticomunista. Se, de acordo com Gregório Bezerra, “o Partido no Nordeste, em geral, ficou intacto”<sup>30</sup> após o levante de 1935, a direção nacional do PCB foi duramente atingida. Segundo Dainis Karepovs, “os vários Comitês Regionais do PCB tiveram de conduzir o PCB nos estados de maneira quase que independente”,<sup>31</sup> o que talvez explique essa tática de *entrismo*<sup>32</sup> de Júlia no COR, algo incomum na história do partido.<sup>33</sup>

Às vésperas do Estado Novo, a situação partidária do PCB em Pernambuco já era delicada (100 filiados em maio de 1937<sup>34</sup>), e, após o fechamento do regime, a repressão foi implacável. Segundo Marco Aurélio de Oliveira, em 1939, todo o comitê regional foi desarticulado pela repressão, e até a anistia “o partido sobreviveu através de algumas poucas organizações de base que permaneceram ativas e sobre as quais a repressão não estendeu seu braço”.<sup>35</sup> Desse modo, “esconder-se” no COR pode ter garantido a sobrevivência do PCB no Recife.

Além disso, há o trabalho na própria fábrica, de convencimento, agitação e propaganda, que certamente pavimentou o caminho para adesões após a legalidade do partido. Em 1933, por exemplo, Júlia fez campanha para a Assembleia Constituinte para Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB em 1922, candidato pela legenda Trabalhador Ocupa Teu Posto: “eu jogava boletins, tarde da noite, até dentro do gabinete do mestre [...] foi um trabalho de recrutamento mesmo sério”.<sup>36</sup>

Toda essa militância de Júlia acabou colocando seu emprego em perigo por diversas vezes, especialmente durante o Estado Novo:

A primeira cabeça dentro da tecelagem era a minha. Quem ficava no motor da tecelagem era eu. Havia Anita, Judite, a minha irmã, já éramos um bloco forte. Os homens eram moles, só depois que a gente começava é que eles entravam. Eles tinham medo de morrer porque, naquela época, se matava mesmo.<sup>37</sup>

É curioso notar como Júlia, ao mesmo tempo em que acusa seus colegas de “moles”, reconhece que eles corriam risco de vida. O paradigma de virilidade dentro das fábricas poderia se reverter em liderança, mas também chamar a atenção de uma polícia acostumada a reprimir trabalhadores – especialmente os trabalhadores negros e suas práticas culturais

30 KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003. p. 59.

31 Ibidem, p. 65.

32 Quando militantes do partido ingressavam em organizações hostis às suas ideias de forma a tomar a organização por dentro ou seus militantes.

33 Na Bahia, o PCB adotou estratégia semelhante. Ver SENNA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948**. São Paulo: Annablume; Salvador: UNEB, 2009.

34 Ibidem, p. 189.

35 OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. **Considerações sobre a política do PCB e as lutas sociais entre o fim do Estado Novo e o início do governo Dutra**. 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984. p. 68.

36 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 10.

37 Ibidem, p. 8.

e de sociabilidade. Em seus prontuários do DOPS, Júlia era sempre descrita como “parda” ou “morena”, classificações que poderiam estar relacionadas tanto à percepção cromática do escrivão quanto com a ausência de relação direta com um passado escravista (caso de Júlia). De todo modo, é importante indicar que questões raciais certamente cumpriram um papel no cotidiano fabril daquela Recife, especialmente nos momentos de vigilância e repressão.<sup>38</sup>

Militando nas fábricas, disputando as classes populares com a Igreja e o integralismo, Júlia e o PCB resistiram ao Estado Novo, e com a Lei de Anistia, em abril de 1945, e o papel decisivo da URSS na Segunda Guerra Mundial, o futuro parecia muito promissor, apesar das perseguições dentro da fábrica. É dele que trataremos a seguir.

## Democracia e repressão

Ao LONGO DE 1945, o Brasil passou por um processo de redemocratização que garantiu ao PCB a legalidade após quase 20 anos. Apoiados na política de união nacional e no carisma de Luiz Carlos Prestes, os – e as! – comunistas de todo o Brasil conseguiram se organizar em diversas frentes, com especial destaque para as frentes sindicais, intelectuais e de mulheres.<sup>39</sup> Em Pernambuco, a situação era ainda mais animadora: segundo Marcos Aurélio Oliveira, os comunistas chegaram a ter 25 mil militantes registrados em suas fileiras no auge da legalidade – o número corresponde a cerca de 10% dos filiados em nível nacional.<sup>40</sup>

No final daquele ano, enquanto o país elegia o general Eurico Gaspar Dutra para presidente, o Recife dava a vitória ao candidato comunista Yedo Fiúza, com mais de 27 mil votos contra 25 mil de Eduardo Gomes e 13 mil de Dutra – no interior as posições se inverteram.<sup>41</sup> Um ano depois, nas eleições legislativas, Pernambuco elegeria a comunista Adalgisa Cavalcanti, e em novembro de 1947 era a vez das eleições legislativas municipais.

38 Sobre a virilidade nos locais de trabalho, ver SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Editora Unicamp, 2003. Sobre as formas de repressão policial no Recife naquele momento, ver SILVA, Elton Flor. A perseguição política ao PCB e a fundação da Escola de Polícia de Pernambuco. **História Unicap**, v. 6, n. 11, p. 191-206, 2019. GUIMARÃES JÚNIOR, J. L.; OLIVEIRA, A. L. N. A repressão policial aos cultos afro-brasileiros no Recife durante a década de 1930: nova forma de aprendizagem. In: II ENCONTRO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES – Religiões, Cultura e Política: diálogos na contemporaneidade. 2018, Nazaré da Mata. **Anais...** Nazaré da Mata: UPE, 2018. Sobre percepções racializadas, ver WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Ed. Unicamp, 2013. E no caso específico de Júlia Santiago, ver NUNES, Guilherme Machado. A primeira vereadora do Recife era negra? História oral, memória e disputas em torno de Júlia Santiago da Conceição (1933-tempo presente). **História Oral**, v. 25, n. 1, pp. 247-266, 2022.

39 Ver, por exemplo, NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano 3**: o tempo da experiência democrática. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **À esquerda de seu tempo**: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957). 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. ALVES, op. cit. NUNES, op. cit., 2021.

40 Dulce Pandolfi fala em 200 mil filiados em meados de 1946. Ver PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 147.

41 OLIVEIRA, op. cit., p. 71.



Após anos militando no sindicato de sua categoria e tornando-se figura de grande prestígio no COR, Júlia Santiago passa a aparecer com alguma frequência nas páginas da *Folha do Povo*, o diário comunista de Pernambuco. Em agosto de 1946, por exemplo, ela aparece em um contexto de agitação grevista na capital pernambucana. As trabalhadoras Odila Schmidt e Cristolana Xavier haviam sido presas em uma greve da Light, o que despertou a reação de muitas mulheres, que protestaram junto à Assembleia Constituinte, exigindo a libertação de suas colegas. Júlia foi uma dessas mulheres, que se autodenominaram antifascistas.<sup>42</sup> A partir de então, seu nome vai aparecer constantemente como sendo uma das grandes lideranças do movimento de apoio à imprensa do PCB – além da *Folha do Povo*, Júlia era responsável pela *Gazeta Sindical*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*: “Tomava conta, distribuía, essa coisa toda”.<sup>43</sup>

No final de 1947, as páginas dos jornais conferem bastante destaque a sua campanha para a Câmara Municipal. Com o PCB na ilegalidade desde maio, todas as candidaturas comunistas no Recife – e em muitas outras cidades do Brasil – saíram pelo Partido Social Progressistas (PSP), e na capital pernambucana é possível classificar seu desempenho eleitoral como um sucesso: a bancada comunista foi a maior da Casa, com 12 das 25 cadeiras, e Júlia Santiago foi a segunda mais votada da chapa.

A eleição para a Câmara Municipal, no entanto, não configurou garantia alguma de tranquilidade para Júlia. A ocupação da esfera político-partidária representativa parece ter “jogado luz” a discursos e formas de atuação de Júlia que até então não eram notadas e, portanto, não chamavam muito a atenção da polícia. Foi a partir de então que ela se tornou um alvo contumaz. Nesse sentido, é significativo que sua primeira prisão tenha ocorrido justamente enquanto era vereadora e que boa parte de seu prontuário individual no DOPS seja composto de recortes de jornais publicados na própria *Folha do Povo*, que publicizava a atuação de um quadro cada vez mais destacado.<sup>44</sup>

Talvez esse recrudescimento da vigilância e da repressão justamente no momento em que o país se democratizava possa ser pensado por dois prismas: primeiro, o anticomunismo já referido anteriormente, e que vai ganhar ares de política de Estado com o alinhamento do governo Dutra ao bloco estadunidense na Guerra Fria; mas também é possível pensar a partir da ideia de dupla transgressão, conforme propõe Ana Colling: a transgressão do espaço e a transgressão política, da militância. Júlia estava subvertendo a ordem “natural”, se recusando a ficar em casa cuidando dos filhos – aliás, sequer teve filhos – e reproduzindo comportamentos “masculinos”. Além disso, Colling aponta que, no caso da ditadura, seu objeto de estudo, a segunda transgressão seria o engajamento na militância de oposição ao regime, o que garantia às mulheres a alcunha de *Putas comunistas* por parte dos órgãos de

42 *Folha do Povo*, Recife, p. 3, 3 ago. 1946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

43 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 15.

44 A documentação de prontuário *produzida* pelo DOPS, como as fichas e termos de declaração, quase sempre a classificavam como “parda” ou “morena”. Não será possível realizar essa discussão neste espaço. Para isso, NUNES, op. cit. 2022.

repressão.<sup>45</sup> Embora ainda não vivesse sob a ditadura, é bem provável que Júlia fosse vista dessa forma pelo DOPS – em uma de suas prisões, como veremos, o motivo consta apenas como “comunismo”, por exemplo.

Ao recordar da insegurança que a acompanhava, mesmo como representante do Legislativo, Júlia menciona: “No tempo em que eu fui vereadora, a gente não tinha imunidade nenhuma. Então, em todo primeiro de maio, eu dormia acompanhada da polícia. [...] Na minha casa não tinha hora para a polícia entrar”.<sup>46</sup>

O *Diário de Pernambuco*, principal jornal do estado, acompanhou de perto a atuação comunista na capital pernambucana, repercutindo e muitas vezes *cobrando* intervenção das forças de repressão nas práticas e atividades de Júlia e seus camaradas. Apenas seis dias após ser empossada vereadora, ela já estava no radar jornalístico e policial:

Ontem, às 10 horas, o delegado de plantão na Secretaria da Segurança recebeu uma notificação de que a vereadora Júlia Santiago se encontrava na feira do Cordeiro entregue à tarefa de distribuir boletins de propaganda comunista e de protesto contra a cassação dos mandatos dos parlamentares vermelhos.<sup>47</sup>

A possibilidade de cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB estava na ordem do dia desde que o partido fora colocado na ilegalidade, em maio de 1947. Foram meses de imbróglio e agitações para que o fato fosse consumado no início de 1948.<sup>48</sup> Nesse mesmo ano, Júlia e seu colega Ramiro Justino – líder sindical e um dos mais atuantes da bancada comunista – foram denunciados por sua atuação pelo *Diário de Pernambuco*, que noticiava que ambos estavam “em franca atividade vermelha”. No caso, angariando fundos para a campanha “O petróleo é nosso”.<sup>49</sup>

As principais bandeiras e campanhas do PCB no período, além da defesa do petróleo brasileiro, eram a luta pela paz, contra a guerra da Coreia e contra a carestia de vida. Júlia Santiago foi presa em atividades ligadas a quase todas elas. O ano de 1949, por exemplo, foi marcado pela tentativa de organização de diversos comícios pela paz ao redor do Brasil,<sup>50</sup> e, em junho, Júlia participou como representante da “classe operária pernambucana” no Congresso Pró-Paz em Salvador.<sup>51</sup> No retorno à capital pernambucana, concedeu longa

45 Cf. COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, Pelotas, v. 10, p. 169-178, 2006. p. 175. Essa ideia também aparece em GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu*, Unicamp, (8/9), pp. 319-342, 1997. Ver também ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas*: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

46 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 15.

47 *Diário de Pernambuco*, 28 dez. 1947, s/p. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

48 PANDOLFI, Dulce. *Entre dois governos*: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em: 9 jul. 2020.

49 *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 8 out. 1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

50 Sobre o assunto, ver RIBEIRO, Jayme. Os “combatentes da paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, 2008. p. 262. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010321862008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862008000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 maio 2018.

51 *Folha do Povo*, Recife, 9 jun. 1949, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 82. Recorte de jornal.

entrevista à *Folha do Povo*, encerrando-a com “um apelo ao povo pernambucano” para que comparecesse ao Comício Pró-Paz em Recife, que se realizaria naquela mesma tarde de 27 de agosto de 1949, no parque 13 de Maio.<sup>52</sup>

A polícia recifense, no entanto, resolveu atender à série de pedidos que eram feitos pelos parlamentares conservadores da Câmara Municipal e também pelo *Diário de Pernambuco* e acabou proibindo a realização do evento. Naquele dia, Júlia foi presa ao lado de outras *quarenta e seis* pessoas por tentar realizar o dito comício.<sup>53</sup> Para a polícia, o motivo registrado na prisão era “agitação”. Nos autos de declaração, consta o seguinte:

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Recife e nesta Delegacia Auxiliar, presente o bacharel Eudes Olavo de Sena Costa, respectivo delegado, comigo escrivão a seu cargo, no final assinado, aí, compareceu Júlia Santiago da Conceição, pernambucana, solteira, com trinta e um anos de idade, vereadora, alfabetizada, [...], sendo inquerida pela autoridade, sob compromisso legal, disse. Perguntado se é membro do extinto Partido Comunista do Brasil e em caso afirmativo desde quando? Respondeu afirmativamente, desde que o mesmo entrou para a legalidade, isto é, em mil novecentos e quarenta e cinco. Perguntado se pretende tomar parte no comício em que elementos reconhecidamente comunistas querem promover hoje, pelas 15 horas, no parque 13 de Maio, respondeu: negativamente. Perguntada se vai ao México assistir ao Congresso Comunista “em Defesa da Paz”, respondeu afirmativamente. Que não exerce nenhuma atividade comunista, a não ser as atividades parlamentares.<sup>54</sup>

A prisão causou certo alvoroço na Câmara Municipal, afinal, entre os 46 presos estava o também vereador – e igualmente comunista – Andronico de Barros. O presidente da casa Claudino Lourenço Albuquerque (colega de bancada) chegou a enviar um telegrama de protesto ao governador do estado Barbosa Lima Sobrinho,<sup>55</sup> e no início de setembro a Câmara Municipal aprovou “um enérgico protesto contra a prisão a que foram submetidos dois de seus membros no parque 13 de Maio”.<sup>56</sup>

Em resposta, João Roma, chefe de polícia, convocou a imprensa para justificar a ação policial. Em entrevista coletiva em seu gabinete, afirmou que a atuação dos comunistas estaria controlada, explicou as principais bandeiras comunistas naquele momento (petróleo, paz, carestia etc.) e avisou sobre os próximos passos pretendidos pelo PCB:

realizar comícios “Pró-Paz”, no parque 13 de Maio [não encontramos referência a esse novo comício]; instalar a ala feminina da AIP [Associação

52 **Folha do Povo**, Recife, 27 ago. 1949, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 85. Recorte de jornal.

53 **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 ago. 1949, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

54 Auto de declaração que presta Júlia Santiago da Conceição. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 16. Júlia Santiago não foi a única vereadora comunista presa por tentar organizar um comício pela paz. Em Porto Alegre, a vereadora Julieta Battistioli, também operária, foi presa na mesma época e pelo mesmo motivo. Ver NUNES, op. cit., 2021. Não foi possível verificar se Júlia Santiago foi ao México conforme declarou.

55 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 33. Cópia de telegrama enviado ao governador Barbosa Lima, em 31 ago. 1949.

56 **Folha do Povo**, Recife, 3 set. 1949, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 87. Recorte de jornal.

de Imprensa de Pernambuco]; concentrar operários para a Liga de Defesa dos Têxteis; distribuição de manifestos; realização de comícios relâmpagos nos portões das fábricas; realização de comandos, de porta em porta, para incentivar a propaganda; pintura, nos muros da cidade, especialmente nos arredores das fábricas; passeatas da ala feminina.<sup>57</sup>

Ainda na coletiva, o secretário de Segurança afirmou que havia encontrado na casa do vereador Heitor Pereira “garrafas japonesas”, uma espécie de coquetel molotov da época. Diante disso, mandou prender o vereador em plena Câmara, encontrando resistência por parte do acusado e dos correligionários Antônio Marques, Otávio Nascimento, Pedro Renaux e Júlia Santiago. Todos foram presos – segundo a notícia, Júlia foi solta às 19 horas daquele mesmo dia, 11 de outubro de 1949. Segundo Júlia, essa foi a única vez em que ela de fato foi mandada para uma cela, momento em que relata agressões por parte da polícia:

Para a cela, só fui uma vez, com quarenta mulheres... Uma vez, eles me bateram dentro da secretaria, quando levaram os vereadores para a Gameleira, eu ainda era vereadora. A mulher do Barbosa Lima, então, pediu, entreviu [sic], para que não deixassem as mulheres... Fomos soltas por ela, felizmente.<sup>58</sup>

Apesar da constante vigilância, essas são as duas vezes em que Júlia foi presa como vereadora. No ano seguinte, porém, no mês de junho, após sucessivas investidas da oposição, os mandatos comunistas da Câmara Municipal do Recife enfim foram cassados. O vereador Wandenkolk Vanderlei, chamado de “tarado e assassino” pela *Folha do Povo*, enfim conseguia êxito em sua ação, iniciada mais de um ano antes, e os vereadores comunistas precisaram ser expulsos da Casa pela polícia, que acompanhou toda a sessão de perto.<sup>59</sup>

Após a cassação, Júlia fugiu para o bairro de Mustardinha, mais afastado do centro e dos bairros do Recife mais visados pela polícia.<sup>60</sup> Não sabemos por quanto tempo ela ficou “escondida”, mas não encontramos notícias referentes a sua militância e nem passagens suas pela polícia entre os anos de 1951 e 1952.

A partir de 1953, no entanto, Júlia volta à ativa e começa a colecionar passagens pelas delegacias do Recife. No mês de março, foi presa na praça Joaquim Nabuco, perto do centro da cidade, por tentar vender rifas que financiariam o Centro de Defesa do Petróleo, parte da campanha “O petróleo é nosso”,<sup>61</sup> mas foi em outubro daquele ano que muitas das militâncias e pertencimentos de Júlia Santiago se misturaram em um episódio traumático, que acabaria lhe custando o emprego de 20 anos na fábrica Othon Bezerra de Melo.

A cassação da legalidade e dos mandatos parlamentares comunistas ao redor do Brasil fez com que o PCB revisse sua linha de união nacional. Após uma política de redução de

57 **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 out. 1949, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

58 Cf. CONCEIÇÃO, op. cit., p. 26. Ver ALVES, op. cit. e LEÃO, op. cit., para outras referências a agressões.

59 **A Noite**, Recife, p. 2, 16 jun. 1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

60 Cf. CONCEIÇÃO, op. cit., p. 15.

61 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 40. Registro de prisão de 13 de março de 1953.

conflitos no mundo sindical, o manifesto de agosto de 1950 lançava o partido ao sectarismo. É claro que esses processos não se dão de forma automática e imediata, e é possível questionar o quão efetivas e bem aceitas pela base partidária eram as formulações decididas pela cúpula,<sup>62</sup> mas no caso do Recife, em geral – e de Júlia, em particular –, é possível perceber um aumento do número de greves e de imbróglis com a polícia. Foi isso o que aconteceu durante uma greve em outubro de 1953, quando Júlia se recorda de ter se formado “uma verdadeira praça de guerra” às portas da fábrica em que trabalhava.

O sindicato da categoria, que Júlia havia ajudado a fundar há mais de 20 anos, estava sob intervenção desde janeiro de 1948, momento em que ela e outros 88 colegas foram expulsos por meio de uma “portaria arbitrária e gritantemente ilegal”.<sup>63</sup> Em entrevista, Júlia afirmou que a decisão acabou sendo referendada pela “incompreensão de muitos companheiros sindicalizados”, que acabaram assinando um documento em branco.<sup>64</sup> Isso fez com que toda a organização e agitação operária se desenvolvesse em paralelo ou à revelia do sindicato, entre 1948 e 1953, momento em que estoura a greve mencionada acima e que a partir de agora conheceremos melhor.

O movimento exigia o aumento de salários. Foi decidido em reunião que, caso alguém tomasse alguma suspensão, o grupo paredista pararia a fábrica completamente até que a pessoa fosse perdoada. E não deu outra: no primeiro dia, o sobrinho do mestre da fábrica fora suspenso e a produção, de fato, parou.<sup>65</sup> Júlia recorda de organizar os companheiros (“fulano, você vai parar o motor e se perguntarem pode dizer que fui eu que parei, que sustento”), mas em apenas meia hora a polícia estava montada e fortemente armada em frente à fábrica:

Só procuravam a mim: “Cadê a Júlia?”. Vieram me dizer: “Júlia, a polícia está dentro do salão velho catando você como se catasse um alfinete”. Aí, entramos no banheiro, duas, eu e outra, e ela disse: “Você sobe na bacia do aparelho e fica de cócoras; quando a polícia mandar que você bote a cabeça na porta, quem bota sou eu. Aí, vão ver que não é você e vão embora”. [...] Quando o cara bateu na porta, a menina levantou e disse: “O que é isso? A gente não pode nem ir ao banheiro? Não está parado para o almoço? O que é que vocês querem?”. Aí, a polícia respondeu: “Nós queremos somente ver quem está no banheiro”. A menina botou a cabeça, eles reconheceram que não era eu, foram embora. Quando deu meio-dia, a fábrica começou a rodar, voltei para minha máquina, fomos todos trabalhar porque a turma nos garantiu. Foram avisar ao Sindicato o que acontecera. Então, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra que, nesse momento, eram o presidente e o advogado, tomaram a seguinte medida: à tarde viriam com o delegado do Trabalho para resolver o problema. Quando deu cinco horas e a fábrica parou, eu disse: “Olhem, companheiras! Vocês guardaram-me até agora, mas, se Adalberto Guerra e Wilson vierem aqui, vão me entregar à polícia”.

62 Cf. COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995. SOARES, Ede Ricardo Assis. Insubordinação das bases do PCB frente às orientações políticas dos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Capítulo de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016. p. 197-213.

63 **Folha do Povo**, Recife, 16 jan. 1948, p. 3. APEJE.

64 **Folha do Povo**, Recife, p. 4, 20 jan. 1948. APEJE.

65 Cf. CONCEIÇÃO, op. cit., p. 12-13.

[...] Vieram com o delegado do Trabalho que disse não ter vindo para isso... Eu disse: “Eu vou, mas vocês fiquem sabendo que Adalberto me levou para a polícia”. E foi. Foi direto para a polícia.<sup>66</sup>

O evento teve grande repercussão no *Diário de Pernambuco*, que celebrava o fato da polícia estar “vigilante com as agitações trabalhistas”, desarticulando os “planos dos vermelhos” que pretendiam “prejudicar as atividades econômicas do Estado”:

Ainda anteontem, à noite, foi presa a ex-vereadora do PCB, Júlia Santiago, uma das figuras centrais da propaganda bolchevista no seio da classe têxtil.

A prisão da conhecida agitadora foi feita no Cotonifício Othon Bezerra de Melo e, por coincidência, no momento em que se encontravam naquela empresa o representante do ministro do Trabalho sr. Rubens Prazeres e o deputado do PTB Adalberto Guerra.

O parlamentar “trabalhista”, que nessas vésperas de campanha eleitoral se improvisa de líder e procura conquistar os votos dos vermelhos aliando-se aos movimentos de agitação, quis perturbar a atuação da polícia e chegou a dizer que se a agitadora Júlia Santiago não fosse libertada imediatamente, os operários do Cotonifício Othon Bezerra de Melo não voltariam ao trabalho.<sup>67</sup>

O jornal noticiava, portanto, que Adalberto Guerra na verdade teria ido ajudar Júlia e os demais têxteis, e não entregá-la para a polícia, como Júlia recorda. De todo modo, o diário afirmava ainda que havia em curso a preparação de duas greves com o apoio do ministro do Trabalho João Goulart, e que “seria orientada pela agitadora Júlia Santiago”. Esse episódio culminou com a demissão de Júlia da fábrica onde trabalhara por mais de 20 anos:

No outro dia, às 6:00 h, já estavam na porta da fábrica para não me deixar entrar. Aí veio o gerente: “Júlia, não tenho nada com isso, você sabe que gosto de você”. Eu disse: “Gosta? Como é que és o gerente e não tens força para nada? Veio a polícia para cá, você podia ter mandado embora. Você é o gerente, manda”. “Se eu deixar você entrar para trabalhar, o patrão vai me mandar embora”. “Certo”. Eu disse para a turma: “Que tal? O que é que vocês acham?”. “Concordamos com você”. O gerente então disse: “Vá para casa, venha sempre aqui que vamos ver o que podemos fazer por você”. Já haviam me botado para fora da fábrica. Aí, fui para a *Folha do Povo*, que publicou o ocorrido direitinho.<sup>68</sup>

Depois disso, Júlia trabalharia ainda por alguns anos na fábrica Amalita, e em um registro de prisão de 1965 ela consta como aposentada. Em paralelo a isso, parece ter ocupado o tempo que ser vereadora lhe tomava com mais atividades dedicadas ao partido, à *Folha do Povo* e à militância têxtil. O DOPS tem longos registros de todas essas atividades ao longo do ano de 1954, especialmente a partir do agitadíssimo mês de agosto.

Como se sabe, este é o momento em que a crise política brasileira escala exponencialmente a cada semana, até que Getúlio Vargas acaba com a própria vida, no dia 24. Júlia recebeu tarefa em relação a isso: “O partido me chamou e disse: ‘em todas as

66 Ibidem.

67 *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 8 out. 1953. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

68 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 13-14.

assembleias dos sindicatos você vai ler essa carta”.<sup>69</sup> Embora sempre se conte como alguém de baixa alfabetização<sup>70</sup> – o que, inclusive, consta em alguns registros de suas diversas passagens pela polícia –, ela estava sempre envolvida com a imprensa partidária, e também caberia a ela a leitura, certamente em voz alta, de uma carta sempre que possível.

Além de letras, Júlia mexia com números: em maio de 1956, ela e sua mãe tiveram a casa invadida pela polícia,<sup>71</sup> que confiscou seu caderno com o controle e o balanço financeiro de suas despesas pessoais e da imprensa partidária. Pelas suas anotações, é possível perceber que, apenas no Recife, ela vendia jornais e revistas para 13 sindicatos e fábricas, que totalizavam \$ 1.365,00 por mês (para fins de comparação, ela pagava \$ 1.105,00 de aluguel, então parece tratar-se de uma quantia considerável). Somando fábricas de cidades da grande Recife, as entradas mensais chegaram a \$ 1.880,00 em maio de 1955.<sup>72</sup>

O caderno apreendido traz ainda um “esboço de plano sindical” muito bem detalhado, a ser posto em prática entre julho e setembro daquele ano de 1956, e que previa 10 etapas, com destaques para a criação de frações sindicais, convocação de todos os sindicatos para mesas-redondas com Jango e distribuição de material.<sup>73</sup> No meio disso, em agosto, a polícia vigiou uma reunião da qual participavam Júlia, Carlos Duarte (ex-vereador ao seu lado), Adalgisa Cavalcanti, Vicente Barbosa e Domingos Maria Correia, que discutiam como esconder os materiais referentes ao partido e à *Folha do Povo*:

Ficou acertado que o material deveria ser retirado nos bolsos de cada um. Ficou acertado que também que vai haver reuniões nos subúrbios, mas com todo cuidado por causa da polícia. Uma parte fazem [sic] as reuniões e outra parte ficará na parte da rua, a fim de, caso os tiras de Otávio Domingues apareçam, haver tempo para os conferencistas poderem escapar.<sup>74</sup>

Nos meses seguintes, Júlia se dedicou bastante à militância sindical: em setembro, proferiu um discurso em assembleia dos tecelões, em defesa das liberdades democráticas e do salário mínimo,<sup>75</sup> e em outubro publicou um grande texto na *Folha do Povo* pedindo votos para a chapa de Antônio Macena na eleição sindical dos têxteis.<sup>76</sup>

Ao final do ano de 1954, o Partido Comunista enfim conseguiria organizar o seu IV Congresso. Entre os dias 7 e 11 de novembro daquele ano, em São Paulo, o PCB se reunia pela primeira vez desde 1928 para discutir seus rumos.<sup>77</sup> Foi o primeiro congresso em que

69 Ibidem, p. 19.

70 Sobre considerações acerca das formas de se contar e o *repertório* que compunham essas formas em uma operária – no caso uma operária argentina –, ver JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe**. Campinas: Unicamp, 2004.

71 Cf. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 9 maio 1956. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

72 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 106-107. Documento avulso.

73 Ibidem, p. 109. Documento avulso.

74 Ibidem, p. 49. Comunicado de Abdias Menezes de Melo ao comissário auxiliar em 5 de agosto de 1954.

75 **Folha do Povo**, Recife, 22 set. 1954, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 19. Recorte de jornal.

76 **Folha do Povo**, Recife, p. 100, 24 out. 1954, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição. Recorte de jornal.

77 ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro – verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/>

o tema da mulher foi tratado de forma específica. Júlia foi eleita como representante de Pernambuco para o congresso, mas não se conseguiu verificar se ela de fato viajou a São Paulo. Em suas memórias, o que recorda é do evento estadual, anterior ao IV Congresso:

Participei. Fui eleita no distrito para o Comitê Nacional. Inclusive, não foi muito ilegal. Nós fizemos o distrito aí na Vinte e Três de Agosto, onde era minha base. Lá dentro havia um galpão grande, onde a gente colocou o pessoal todo. Discutimos tudo, indicamos os delegados e eles não nos prenderam. Nós dizíamos que íamos discutir o problema da festa que íamos fazer no carnaval. Aqui no distrito fizemos assim. [...] A gente participou dentro do diretório do PTB, que Barros de Carvalho cedeu pra gente. [...] Ocupamos esse diretório uma porção de vezes. A gente fez o curso *Stalin* na frente da Secretaria de Segurança, porque os donos daquelas casas ali em frente eram Arthur de Lima Cavalcanti e Gildo Guerra. Todo dia entrávamos, estudávamos, tudo na ilegalidade... Fazer o curso *Stalin* não é brincadeira, tinha muita coisa para eles descobrirem. A secretaria ficava de um lado e o escritório de Arthur do outro. O convidávamos a participar, mas ele era mais ligado, era do PTB. Eles sempre foram nossos aliados, davam dinheiro, contribuía para o partido. Quem fazia a cobrança éramos eu e a Adalgisa.<sup>78</sup>

Vale lembrar que, após o suicídio de Vargas, o PCB foi praticamente obrigado a rever toda a sua linha política. A partir desse momento as alianças entre trabalhistas e comunistas se tornaram mais recorrentes, especialmente na capital pernambucana com a formação da *Frente do Recife*, iniciativa que aliou, basicamente, PCB, PTB e PSB, elegeu prefeitos e governadores entre 1955 e 1963 e que contou com importante participação de Júlia Santiago.<sup>79</sup>

Suas últimas implicações com a polícia na década de 1950 aconteceriam no ano de 1956. Logo no mês de janeiro, a polícia apreendeu materiais do PCB em sua sede, onde encontraram uma breve biografia de Júlia Santiago.<sup>80</sup> O documento indicava quatro prisões, e foi possível identificar todas elas: duas como vereadora em 1949 (Campanha pela Paz e outra vez em plena Câmara Municipal), uma por distribuir rifas da campanha “O petróleo é nosso!” e a mais traumática que lhe custou o emprego na Othon Bezerra de Melo.

O ano de 1956, além da invasão de sua casa ocorrida em maio, na qual foram apreendidas diversas anotações, como recém-mencionado, traria também a sua quinta prisão, em dezembro. Foi a prisão na qual ela prestou o mais longo termo de declaração – e o motivo que consta em seu registro é simples: “comunismo”.<sup>81</sup> São mais de três páginas explicando sua relação e atuação no PCB, no movimento sindical, e quem seriam seus companheiros. Essa é uma

acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb. Acesso em: 11 jul. 2020.

78 CONCEIÇÃO, op. cit., p. 18.

79 Sobre a Frente do Recife, suas interpretações e o papel dos comunistas em geral – e de Júlia em particular –, ver, por exemplo, SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como foi** – memórias políticas. v. 2. Recife: Editora Guararapes, 1980. p. 2005. NUNES, op. cit., 2021.

80 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, s/p. Documento Avulso. Seu ex-chefe, o coronel Othon Bezerra de Mello, enviou telegrama à polícia pedindo uma cópia do documento. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 53. Telegrama de Othon Bezerra de Mello ao delegado auxiliar da capital, em 2 de fevereiro de 1956.

81 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 3. Registro de prisão.



das declarações em que vem a público o seu pseudônimo “Rosa”. O relato confirma algumas situações que pareciam muito evidentes, como o fato de Júlia ter sido secretária política da célula do Cordeiro, o bairro onde mais tempo viveu. Assim como em outros depoimentos, ela deixa claro que “permaneceu até quando o partido caiu na ilegalidade”. Júlia, no entanto, não nega que seguiu atuando no partido na ilegalidade, afirmando

que, cassados os mandatos dos vereadores comunistas, inclusive o da declarante, esta recebeu a tarefa específica de representar a “Gazeta Sindical” neste estado; que uma vez representando a “Gazeta Sindical” foi comovida [sic] pela direção do partido para exercer também as suas atividades como membro do Comitê Municipal do Recife; entretanto, não se recorda no momento o nome dos dirigentes do referido comitê, àquela época; que entre os anos de mil novecentos e cinquenta e um e mil novecentos e cinquenta e dois, passou a ter uma vida mais ativa dentro do Comitê Municipal do Recife, o qual sofreu certa reestruturação, passando a ser dirigido pelos companheiros PEDRO FRANCISCO DE LIMA, com o pseudônimo de “Argemio”; VALDEMAR CAETANO DA SILVA, MARIA JOSÉ DA SILVA, a DECLARANTE, MANOEL SANTIAGO DOS SANTOS, “Guará Preto” e outros que não se recorda; que nessa época, formou-se a comissão sindical do comitê, composta da DECLARANTE, MANOEL SANTIAGO DOS SANTOS e OTAVIANO PEREIRA DA SILVA, com o pseudônimo de “Narcizo”, cuja comissão tinha por finalidade exercer suas atividades nos meios sindicais [...].<sup>82</sup>

Essa era a quinta prisão em sete anos. Sem contar as fugas, invasões de domicílio, recolhimento de material... no processo, Júlia protagonizou uma situação das mais delicadas: citou nomes. Muitos desses nomes, porém, não aparecem com destaque nem em suas memórias e nem na *Folha do Povo*. Adalgisa Cavalcanti, Paulo Cavalcanti, David Capistrano, Ramiro Justino... destacados militantes comunistas de Pernambuco não aparecem. Por mais que não vigorasse no país um regime de exceção, certamente Júlia sabia que citar nomes implicaria alguns camaradas, que talvez fossem chamados para depor ou algo assim. Não deve ter sido algo fácil, mas talvez tenha sido racional: ao indicar nomes menos visados, possivelmente resguardasse os militantes com mais arquivos e informações acerca das ações do partido. Não há como saber, ademais, em que condições esse depoimento foi dado: não faltam relatos de violência policial no período, e a própria Júlia cita uma agressão sofrida em 1949. De todo modo, convém sublinhar que não cabe a nós qualquer julgamento acerca do comportamento de uma prisioneira política durante um interrogatório.

Esse depoimento foi publicado – na íntegra! – no *Diário de Pernambuco*,<sup>83</sup> com todos os nomes mencionados, mas não foi possível verificar se houve represálias ou traumas internos no partido em relação a isso – o mais provável é que não, pois Júlia seguiu desempenhando papéis importantes, especialmente na Frente do Recife. Paulo Cavalcanti, por exemplo, se

82 Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 14. Termo de declaração prestado por Júlia Santiago da Conceição em 14 de dezembro de 1956.

83 *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 dez. 1956, s/p. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS, APEJE, prontuário individual n.º 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 101. Recorte de jornal.

recorda de sempre consultá-la para saber “suas opiniões sobre os meios políticos locais” e a tinha em altíssima conta.<sup>84</sup>

Em 1959 Júlia enfim foi eleita dirigente do Sindicato dos Têxteis,<sup>85</sup> derrubando a situação que estava no poder desde a intervenção de 1948. Em agosto de 1965, Júlia Santiago foi presa pela última vez, beirando os 50 anos de idade. No registro da prisão aparece como sendo “beneficiada pelo IAPI”, ou seja, aposentada, e residente à rua Orós, 55 – local em que concedeu a entrevista ao CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco, em 1983.

## Considerações finais

O PERÍODO que se inicia com a queda do Estado Novo, e que é abruptamente interrompido com o golpe de 1964, tem sido cada vez mais presente nos estudos sobre a história do trabalho no Brasil. Potencializadas pelos acervos da Justiça do Trabalho,<sup>86</sup> as pesquisas passaram a identificar esse momento como um importante capítulo na história das lutas sociais e na garantia de direitos de um país que, mesmo com percalços, se democratizava.

É claro que a maioria das pesquisas não “aceitaram” de forma acrítica o que os acórdãos, pareceres e tribunais informavam – e mesmo através desse tipo de documentação é possível perceber que a justiça nem sempre era feita.<sup>87</sup> De todo modo, para identificar a classe trabalhadora e seus conflitos através de documentação produzida pelo Estado entre 1945 e 1964, parece haver uma predileção pelas fontes do Judiciário. Nosso objetivo não foi questionar o uso desse material, fundamental para a pesquisa *em si* e também para o fortalecimento das lutas pela sua preservação. O que a vida de Júlia Santiago ajuda a pensar é que o Judiciário foi apenas *uma* das interfaces entre Estado e classe trabalhadora – havia sindicatos, mandatos parlamentares e, claro, a polícia.

A trajetória dessa operária comunista ajuda a tensionar as estruturas e a “quebrar coerências e linearidades do discurso histórico”, como sugere Sabina Loriga.<sup>88</sup> Assim, intercambiando a escala de análise, é possível problematizar o período em questão, especialmente em Pernambuco. Não para reconstruir o “verdadeiro Pernambuco”, mas para compreender como, mesmo naquelas circunstâncias, operárias como Júlia Santiago tiveram sua vida pessoal e laboral diretamente impactada pela repressão.<sup>89</sup> Sua militância se iniciou nos anos 1930 e atravessou o Estado Novo, mas foi justamente durante a redemocratização

84 CAVALCANTI, Paulo. **A luta clandestina** (O caso eu conto como foi – memórias políticas), v. 4. Recife: Editora Guararapes, 1985. p. 168.

85 **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 26 fev. 1957. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

86 Ver GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

87 Para considerações acerca do direito como um espaço complexo de lutas, ver THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores** – As origens da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

88 LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 246-247.

89 O que não constituía uma exceção. Ver ALVES, op. cit. MACEDO, Elza Deli Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

que ela se viu mais enrascada com as forças de segurança pública, o que pode lançar novas questões sobre o universo laboral brasileiro e o próprio funcionamento das estruturas estatais. Se Júlia Santiago não é “norma”, parece-nos que está longe de ser uma exceção.

Recebido em 28/07/2021

Aprovado em 25/09/2021